

## Comissão de Reformados do SINTAB – Uma experiência

A Comissão de Reformados do SINTAB (Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura, Alimentação, Bebidas e Tabacos de Portugal) assumiu como plano de trabalho, realizar acções que conduzam ao contacto com os trabalhadores reformados das grandes empresas do sector, dando prioridade, no imediato, à Centralcer, à Tabaqueira e à antiga Nacional no Beato.

No passado dia 09/04/2016 realizou-se um encontro de reformados da Centralcer, com uma visita às instalações da empresa, ao Museu da Sociedade Central de Cervejas e ainda um almoço no Refeitório da mesma, terminando com um momento de fado.

Esta iniciativa de confraternização, que contou com a participação de 133 reformados, decorreu com a participação entusiástica de todos os presentes. Queremos destacar as presenças e intervenções da coordenadora (Fátima



Encontro de reformados da Centralcer

Canavezes) da Direcção Nacional da Inter-Reformados/CGTP-IN e ainda do camarada Mário Cantiga, actual trabalhador da empresa e dirigente sindical, em representação da Direcção do Sindicato. Em resultado do êxito desta iniciativa, ficou decidido que no primeiro

semestre de 2017, o executivo da Comissão de Reformados do SINTAB vai assumir a organização de uma visita às Águas do Cruzeiro e Luso, empresas do mesmo grupo. Com objectivos e contornos idênticos, o programa desta jornada será oportunamente divulgado.

## Valorizar a profissão Reafirmar a Escola Pública



O 12º Congresso da FENPROF reuniu no Porto, a 29 e 30 de abril. Aprovou o Programa de Acção para o triénio 2016/2019 e a realização da 2.ª Conferência Nacional de Docentes Aposentados.

Das intervenções proferidas por aposentados, destacamos:

- **a referência à atualidade da Carta dos Direitos dos Professores Aposentados, aprovada no 1º Congresso da FENPROF em 1993, que afirma “O Professor Aposentado nunca perde a sua condição de professor” e defende que lhe deve ser reconhecido pelo Estado e pela Sociedade o importante papel social e cultural desempenhado ao longo da vida profissional e, entre outros, lhe deve ser conferido o direito a:**
  - uma pensão de aposentação capaz de fazer face a todas as necessidades de bem-estar físico e psicológico;
  - participar na negociação de todos os problemas que a ele digam respeito;
- **a reafirmação de que “a aposentação é um direito, não um favor ou uma condescendência...exige dignidade, acesso a uma pensão que reflita os descontos legalmente exigidos e efetuados, numa conceção de suporte intergeracional de uma segurança social pública que compete ao estado gerir e garantir”;**
- **a defesa do vínculo ao sindicato e à organização sindical dos aposentados, desempenha um papel importante na defesa dos seus direitos, na dinamização da participação nas lutas específicas e nas lutas sindicais mais gerais;**
- **a responsabilidade de transmitir aos mais jovens “... que não vencemos todas as vezes que lutámos mas que temos a consciência de que perdemos todas as vezes que deixámos de lutar...”.**

**A LUTA EM DEFESA DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE QUALIDADE, INCLUSIVA E PARA TODOS**  
– ESCOLA DEMOCRÁTICA – É DE TODOS OS PORTUGUESES E NÃO SÓ DOS PROFESSORES.  
APOSENTADOS, REFORMADOS E PENSIONISTAS ESTÃO NESTA LUTA

## 1º de Maio de 2016

42 anos depois de ABRIL — 120 anos depois de Chicago

Não, este não foi mais um 1º de Maio. Não para nós, que vivemos com a plena intensidade da juventude, o inesquecível 1º de Maio de 1974, iniciador da maravilhosa transformação de um golpe militar em Revolução; que participámos activamente na conquista da liberdade, dos direitos sociais, sindicais e políticos. Não, para nós o 1º de Maio não se repete, não envelhece, não se transforma em ritual. Esse dia de festa e de luta, a cada ano se renova e permanece. Apesar dos recuos, dos incidentes de percurso, dos insucessos temporários, a cada ano se reforça e mobiliza. Aqui e agora com novos desafios: recuperar direitos e repor a dignidade que nos quiseram roubar.

Neste Dia Internacional do Trabalhador, os Reformados estive-

ram com a Inter-Reformados e os seus Sindicatos. Nas concentrações, nas manifestações, nos comícios. Com as bandeiras, os panos e os cravos vermelhos, desfilaram lado-a-lado com as novas gerações de trabalhadores, solidários com as suas reivindicações. Palavras de ordem como “Para viver com dignidade queremos aumentos de verdade”, ou “Reformado vem para a rua lutar pela pensão que é tua”, ecoaram pelas ruas e praças das cidades, de norte a sul, demonstrando que os reformados, reconhecendo os avanços positivos já registado com o novo Governo, estão longe de se sentir ressarcidos do assalto de que foram vítimas nos últimos quatro anos. E vão continuar a lutar. Porque a dignidade não se concede conquista-se!



1.º de Maio em Coimbra



1.º de Maio em Aveiro



1.º de Maio em Lisboa



### Encontro com Japan Pensioners Union

Uma delegação japonesa da JPU – Japan Pensioners Union, Organização de Reformados integrante da Central Sindical Japonesa – ZENROREN, quis conhecer a nossa experiência, enquanto Organização Sindical de Reformados da CGTP – a Inter-Reformados. Esta delegação de 12 elementos veio falar da sua realidade, da luta por melhores pensões, por mais dignidade e respeito, num país governado por forças de direita. Formada em 1989 com 12.696 reformados, em 2016 contam já com 116.388 filiados. Atualmente, estando empenhados na luta por uma “Pensão sólida e duradoura para todos” recolheram um milhão de assinaturas, apelando a que possamos recolher assinaturas de solidariedade.



Estivemos juntos nos dias 12 e 13 de Maio, reforçando o conhecimento mútuo e estreitando os laços de solidariedade e amizade.

### Sistema de transportes e o seu papel na sociedade

O Sector dos Transportes em termos globais é, de há muito, um dos alvos da ofensiva política desenvolvida pelos sucessivos governos de direita. O sistema de transportes tem um papel estruturante e estratégico na vida do país, porque através dele é possível garantir a circulação global da produção (mercadorias e bens) e a mobilidade dos trabalhadores e populações.

Tendo presente o aprofundamento do regime democrático, o Estado em 1975, através das nacionalizações, assumiu o controlo de sectores fundamentais da economia como seja o dos transportes. Pela importância estratégica deste sector é facilmente perceptível a razão pela qual, desde a primeira hora, é um alvo da ofensiva privatizadora desenvolvida desde há mais de 40 anos.

Os resultados desta política estão à vista: hoje temos uma estrutura de transportes e logística que não responde às necessidades do país, de que é um exemplo, a insuficiente oferta de transportes públicos na Área Metropolitana de Lisboa. Esta política foi acompanhada, especialmente nos últimos anos, da desvalorização do factor trabalho, do roubo nos salários e do atropelo aos direitos previstos na Contratação Colectiva. A esta ofensiva, os trabalhadores dos transportes, responderam com 5 greves gerais e outras formas de luta, travando muitas das medidas mais gravosas.

Nas eleições de 4 de Outubro, houve uma alteração da correlação de forças na Assembleia da República, com uma maioria de deputados que se comprometeu a travar aspectos da política de direita tais como: reversão de privatizações, devolução de complementos de reforma, reposição do direito ao transporte gratuito dos reformados. Para garantir a concretização destas importantes medidas que correspondem a justas reivindicações dos trabalhadores do sector, cabe-nos prosseguir um combate exigente e atento, no interesse dos trabalhadores, dos reformados e da população em geral.



## AVALIAÇÃO DA ACÇÃO GOVERNATIVA

APÓS SEIS MESES DE O PARTIDO SOCIALISTA TER ASSUMIDO FUNÇÕES NA GOVERNAÇÃO DE PORTUGAL, SUPORTADO PELO CONJUNTO DAS FORÇAS DE ESQUERDA QUE ESTABELECEM ACORDOS PARA VIABILIZAR O GOVERNO, É ALTURA DE SE FAZER UMA APRECIACÃO CRÍTICA AO SEU DESEMPENHO.



Verifica-se, desde já, que algumas medidas tomadas pelo anterior Governo do PSD/CDS foram revertidas no sentido da recuperação de rendimentos, da reposição de direitos retirados, dando sinais de inversão das políticas de terrorismo social seguidas nos últimos quatro anos.

Destaca-se a aprovação do Orçamento do Estado para 2016, somente possível pela nova correlação de forças na Assembleia da República.

**Vamos, pois, enunciar os aspectos positivos e negativos da actual governação**, ao que a nós diz respeito, finalizando com a enumeração das reivindicações dos reformados, aposentados e pensionistas.

### ASPECTOS POSITIVOS



- Eliminação da sobretaxa de IRS para rendimentos até 7070€;
- Descongelamento de todas as pensões;
- Aumento de 0,4% só para pensões até 628,34€;
- Aumento das prestações sociais (abono de família, RSI, subsídio de assistência a 3ª pessoa e complemento solidário para idosos);
- Revogação de algumas taxas moderadoras (Interrupção Voluntária da Gravidez, dadores de sangue, bombeiros, grávidas, menores);
- Atribuição dos complementos de reforma nos acordos celebrados com empresas do sector Empresarial do Estado;
- Compromisso de, em 2017, actualizar o Indexante de Apoios Sociais;
- Compromisso de, em 2016, alterar o regime do passe social de forma a favorecer as pessoas mais carenciadas.

### ASPECTOS NEGATIVOS



- Congelamento do Indexante dos Apoios Sociais em 2016, mantendo-se esta situação desde 2009;
- Persistência do factor de sustentabilidade;
- Não diversificação das fontes de financiamento da segurança social por forma a garantir a sua sustentabilidade;
- Não alargamento da rede de equipamentos sociais para a 3ª idade.

## SÃO NOSSAS REIVINDICAÇÕES:

**AUMENTO** INTERCALAR DE TODAS AS PENSÕES;

**EXIGIR** MELHORES SERVIÇOS PÚBLICOS E DE QUALIDADE, PONDO FIM AOS PROCESSOS DE PRIVATIZAÇÃO;

**GARANTIR** O CARÁCTER PÚBLICO DA ÁGUA;

**MELHOR** POLÍTICA DE MOBILIDADE, PRIVILEGIANDO O TRANSPORTE PÚBLICO E A RECUPERAÇÃO DE MAIORES DESCONTOS PARA IDOSOS;

**ALARGAMENTO** DAS ESTRUTURAS PÚBLICAS DE APOIO A IDOSOS, NOMEADAMENTE NOS EQUIPAMENTOS DE APOIO À 3ª IDADE;

**DIMINUIÇÃO** DA CARGA FISCAL, COM O ALARGAMENTO DOS ESCALÕES DO IRS, AUMENTO DAS DEDUÇÕES À COLECTA EM DESPESAS DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO E DESAGRAVAMENTO DO IVA E IMI;

**RECLAMAR** UM COMBATE EFICAZ À FRAUDE E À EVASÃO FISCAL E CONTRIBUTIVA;

**CONSOLIDAR** A ADSE COMO UM SISTEMA DE SAÚDE AUTÓNOMO E REPOSIÇÃO DO DESCONTO DE 1,5% SOBRE 12 MESES E NÃO SOBRE 14;

**DEFENDER** AS FUNÇÕES SOCIAIS DO ESTADO SAÚDE, EDUCAÇÃO E SEGURANÇA SOCIAL;

**ASSEGURAR** E REFORÇAR O DIREITO À SEGURANÇA SOCIAL PÚBLICA E LUTAR CONTRA A SUA PRIVATIZAÇÃO;

**EXIGIR** A REVOGAÇÃO DAS MEDIDAS LEGISLATIVAS DE QUE RESULTAM O AUMENTO DA IDADE DA REFORMA E A REDUÇÃO DO VALOR DAS PENSÕES;

**DEFENDER** O SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE E EXIGIR A ELIMINAÇÃO DAS TAXAS MODERADORAS;

**DEFESA** DA ESCOLA PÚBLICA DE QUALIDADE E PARA TODOS;

**COMBATER** A POBREZA E A EXCLUSÃO SOCIAL.



**CGTP** Nº 12 | Julho 2016  
Inter-sindical Nacional

## A IR E O PLANO NACIONAL DE REFORMAS



A INTER-REFORMADOS CONGRATULA-SE COM O FACTO DO PROGRAMA NACIONAL DE REFORMAS 2016 (PNR 2016) ASSENTAR NUMA LÓGICA DIFERENTE DOS CONTEÚDOS DOS PROGRAMAS APRESENTADOS PELO ANTERIOR GOVERNO. NA VERDADE, NO QUE SE REFERE ÀS PENSÕES, O PNR 2015, SUBORDINADO À LÓGICA DA POLÍTICA DE AUSTERIDADE, AVANÇAVA COM "MEDIDAS ABRANGENTES DE REFORMA DE PENSÕES", UM EUFEMISMO PARA UM CORTE PERMANENTE NO VALOR DAS PENSÕES, IMPORTANDO AQUI RECORDAR A INTENÇÃO MANIFESTADA PELO GOVERNO DO PSD/CDS EM PROCEDER A UM CORTE DE 600 MILHÕES DE EUROS NAS PENSÕES A PAGAMENTO.

Neste PNR registamos como positivas as medidas tomadas no sentido de anular e reverter decisões do anterior governo em relação à segurança social, designadamente:

- A reposição da actualização das pensões;
- A renovação das políticas de mínimos sociais como no abono de família, Complemento Solidário para Idosos e Rendimento Social de Inserção;
- A criação de uma medida de apoio extraordinário aos desempregados de longa duração;
- A reposição do pagamento dos complementos de reforma nas empresas do Sector Empresarial do Estado.

Assinalamos igualmente o compromisso, assumido pelo Governo com a maioria parlamentar, de que não serão alteradas as regras de cálculo de prestações já atribuídas a título definitivo. A recuperação da confiança dos cidadãos no sistema público de segurança social é importante, sendo necessário pôr termo a um período negro da nossa história recente marcado pela estigmatização das pessoas por receberem prestações da segurança social. É o caso dos pensionistas, dos desempregados e dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção, que foram censuradas só pelo facto de terem acedido às prestações por direito próprio, através de contribuições sobre os seus salários, e, no caso das prestações sociais não contributivas, em resultado de políticas de apoio às famílias, de coesão e igualdade social e de combate à pobreza e à exclusão.